

19. ACORDO DE COLABORAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA E RIDE HIVE UNIPessoal, LDA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o acordo de colaboração entre o **Município de Braga e o operador Ride Hive Unipessoal, Lda**, Para a instalação e operação de sistema de trotinetas elétricas partilhadas, que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas, depois de assinado e rubricado por todos os membros presentes.

Acordo de colaboração entre o Município de Braga e o Operador para a instalação e operação de sistema de trotinetas elétricas partilhadas.

A reunião de executivos.

11-11-2019

Braga, 27.10.2019

ACORDO DE COLABORAÇÃO

Este acordo, rege as relações entre:

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Praça do Município, 4700-435 Braga

doravante designada "CMB", representada por Ricardo Rio, Presidente

e

Ride Hive Unipessoal Lda

Rua General Firmino Miguel, 6, Loja A,

1600-300 Lisboa, Portugal

NIPC: 515541133

doravante designado "Operador", representado por Tristan Torres e Michael Wilhelm Ernst Blüthmann.

Que celebram o presente Acordo de Colaboração ("Acordo"), que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Acordo tem por objeto a definição e o estabelecimento das regras e condições a que fica sujeita a instalação e operação, pela Operadora, de um sistema de trotinetas elétricas partilhadas na cidade de Braga.

Cláusula 2.ª - Deveres do Operador

A operação do Operador deve estar em conformidade com as regras legais e regulamentares aplicáveis em matéria de circulação e estacionamento de trotinetas elétricas partilhadas e deverá ocorrer de modo a não causar perturbações à circulação e a não prejudicar a acessibilidade e segurança de pessoas e bens na via e espaços públicos, nomeadamente a de pessoas com mobilidade reduzida.

1. As trotinetas elétricas partilhadas serão disponibilizadas pelo Operador nos locais destinados para o efeito ("hotspots"), cuja localização e instalação são autorizados e acompanhados pelo Município de Braga, ou nos demais lugares legalmente destinados para o efeito;
2. O operador deve salvaguardar que os equipamentos estão com a manutenção efetuada e que são seguros para os utilizadores.
 - a. As trotinetas são resistentes e fiáveis e têm, em perfeitas condições de funcionamento, todos os dispositivos de segurança como travões ou luzes regulamentares;
 - b. Não deve ser disponibilizado qualquer equipamento com motor de combustão e a velocidade máxima não pode ultrapassar os 25 km/h;
 - c. Os equipamentos têm localização GPS.



7

A reunião de executivos.

19.11.2019

19.11.2019

143

- 
3. O operador deve dar informação aos utilizadores sobre o funcionamento, segurança rodoviária e normas de utilização.
 - a. A informação de segurança é objetiva e clara, colocada em cada uma das trotinetas disponibilizadas;
 - b. No momento do registo é dada toda a informação sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento;
 - c. O software transmite, regularmente, sessões de e-learning de sensibilização e formação sobre as boas práticas de utilização e circulação na via pública, assim como regras de estacionamento;
 - d. O operador organiza ações de formação periódicas de sensibilização e esclarecimento;
 - e. O operador tem comunicações em diversas línguas.
 4. O operador deve assegurar que os equipamentos não constituem perigo para os outros utilizadores da via, nem obstaculizam ao direito de passagem e uso da via pública dos restantes utilizadores. O operador deve remover ou relocalizar as trotinetas elétricas partilhadas que se encontrem estacionadas em locais proibidos ou de forma a causar obstrução à circulação e à acessibilidade e utilização de vias e passeios por outros utilizadores, por iniciativa própria e também sempre que solicitado pelo Município.
 - a. As trotinetas nunca bloqueiam passeios, entradas de garagens e habitações, caminhos, vias bus, ciclovias, etc.
 - b. As trotinetas são disponibilizadas nos locais apropriados para o efeito.
 - c. As trotinetas nunca serão abandonadas em propriedade privada.
 - d. O sistema informa os utilizadores sobre os locais de paragem autorizados.
 - e. As trotinetas são distribuídas em todos os locais e regularmente redistribuídas manualmente.
 - f. Sempre que o Município de Braga criar novas zonas, o operador incorpora-as no Sistema.
 - g. O Operador deve estar contactável pelos serviços do Município, ou pelas entidades que este indicar, durante o horário de funcionamento do sistema, para que lhe possa ser comunicada a necessidade de relocalização/remoção de trotinetas elétricas partilhadas nos termos desta alínea.
 - h. O Operador, ou quem atue por sua conta, deverá, para as operações de disponibilização ou remoção de trotinetas da via pública, recorrer sempre que possível a veículos elétricos e, ainda, abster-se de perturbar a circulação pedonal, ciclável e rodoviária, nomeadamente evitando parar em segunda fila.
 5. A aplicação do Operador deve dispor de mecanismos de checkout obrigatório nas zonas onde seja reconhecida mais sensibilidade de utilizadores vulneráveis e de qualidade de espaço público.
 - a. O operador não distribui as trotinetas em áreas proibidas (ver plantas em anexo).
 6. O operador assegura que as questões operacionais são prontamente respondidas.
 - a. As trotinetas são seguras, estão limpas e em perfeitas condições de funcionamento. Os equipamentos avariados são retirados de imediato.
 - b. As trotinetas têm bem visível um meio para contacto e um número identificativo de cada aparelho.
 - c. O operador mantém um serviço de atendimento 24horas, para emergências.
 - d. O serviço de apoio técnico funciona, no mínimo, das 7h às 22h, com serviço de emergências 24h.
 - e. No período de atendimento (7h – 22h) os estacionamento abusivos reportados são resolvidos num período de 2 horas, no máximo.
 - f. É assegurada a manutenção e limpeza regular dos equipamentos.
 - g. É assegurado um quadro de pessoal adequado às necessidades de apoio ao cliente, redistribuição das trotinetas e manutenção/limpeza.
 - h. Caso existam, os sistemas de alarme contra furto ou utilização indevida não devem funcionar durante mais de 5 minutos.
 7. O Operador cumprirá, no que lhe for aplicável, as apólices de seguro que cubram os seus utilizadores e protegerá a confidencialidade dos seus dados pessoais, tanto no início do serviço como durante as viagens.
- 

7

Cláusula 3.^a - Relações entre o Município e o Operador

1. O Operador facultará ao Município, para seu próprio uso, informação anonimizada, em formato normalizado, sobre a utilização das trotinetas elétricas partilhadas para otimizar a rede ciclável e as zonas de estacionamento.
 - a. O operador deve disponibilizar ao Município os dados das viagens e localização das trotinetas.
 - b. O operador disponibiliza relatórios mensais, através da exportação direta dos dados de utilização.
 - c. O operador entrega sínteses/sumários semanais sobre a utilização dos equipamentos.
 - d. Caso solicitado pelo Município, o operador disponibiliza informação de toda a frota, em tempo real através de uma API;
 - e. O operador realiza inquéritos de satisfação aos clientes, a cada 6 meses, devendo ser entregues ao Município;
 - f. O software permite ao operador a definição áreas de estacionamento em "geofence".

Cláusula 4.^a - Locais de disponibilização e estacionamento de trotinetas elétricas partilhadas.

Sem prejuízo das regras gerais aplicáveis em matéria de estacionamento deste tipo de veículos, as trotinetas elétricas partilhadas não poderão ser disponibilizadas pelo Operador fora dos hotspots, ou dos locais legalmente previstos.

Cláusula 5.^a - Remoção de trotinetas elétricas partilhadas

1. As trotinetas elétricas partilhadas podem ser removidas pelo Município nos casos previstos no Código da Estrada e respetiva legislação complementar, sem prejuízo da possibilidade de remoção pelas demais entidades fiscalizadoras com competência para o efeito.
2. Os custos e encargos com a remoção de trotinetas elétricas partilhadas nos termos do número anterior serão da responsabilidade do Operador.
3. As trotinetas elétricas partilhadas removidas pela Polícia Municipal são depositadas em Parque de Viaturas Rebocadas pela Polícia Municipal e o seu levantamento apenas poderá ser efetuado pelo Operador após demonstração da prova de propriedade das mesmas e após pagamento de quaisquer montantes devidos.
4. O Operador deve garantir que as trotinetas elétricas partilhadas por si operadas são céleres e facilmente identificáveis.

Cláusula 6.^a - Intervenções na Via Pública

Quaisquer intervenções infraestruturais ou outras consideradas necessárias pelo Operador para a promoção da sua atividade carecem de prévia análise e autorização do Município, sendo os respetivos encargos da responsabilidade do Operador.

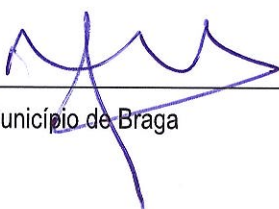
Cláusula 7.^a - Início da operação

O operador poderá dar início à operação no Município de Braga a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo.

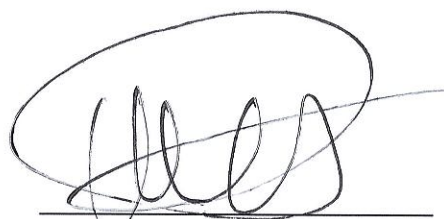
Cláusula 8.^a - Prazo, modificação e cessação do Acordo

1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, considerando-se automaticamente renovado por iguais períodos, salvo oposição de qualquer das Partes, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à outra Parte, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. O presente Acordo pode ser modificado pelo Município, por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes, podendo, designadamente, rever a localização autorizada dos hotspots.
3. O presente Acordo cessará a sua vigência:
 - a. Por caducidade, com a entrada em vigor de regras regulamentares ou legais que venham a regular, de modo geral, a operação de sistemas de partilha de trotinetas elétricas partilhadas e que sejam aplicáveis no território municipal.
 - b. Por revogação, mediante acordo entre as Partes.
 - c. Por resolução fundada em incumprimento, nos termos gerais aplicáveis.

Braga, em 1 de Setembro de 2019.



Município de Braga



Tristan Jose Torres Velat



Michael Wilhelm Ernst Blüthmann